

A **Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (ABIHV)** gostaria de contribuir, respeitosamente, para as discussões sobre o **MAPA DO CAMINHO** proposto pela **Presidência da República**, com vistas a acelerar a transição energética, descarbonizar a indústria e reduzir o uso de combustíveis fósseis.

A **ABIHV** ocupa hoje uma posição estratégica no ecossistema energético brasileiro: representa diferentes elos da cadeia do hidrogênio verde e articula indústria, governo, academia e investidores em torno de uma nova base tecnológica para o país.

O Brasil já possui um conjunto normativo robusto, com o **Marco Legal do Hidrogênio, o PHBC, diretrizes do CNPE, estratégias estaduais, a Lei do Combustível do Futuro e a Lei do Mercado de Carbono**. O desafio agora é transformar lei em execução, e aqui a **ABIHV** pode estruturar propostas técnicas para regulamentações infralegais.

Essas contribuições podem tratar da temática técnico-regulatória: por exemplo, sobre como transformar o Marco Legal do Hidrogênio de Baixo Carbono em implementação real para projetos industriais que reduzam as emissões de gases de efeito estufa de processos produtivos. A publicação dos decretos regulamentadores do Marco Legal do Hidrogênio, com garantia de priorização dos hidrogênios de menor emissão, pode gerar um resultado prático, de curto prazo, já alinhado às diretrizes do Mapa.

Dito isso, seria relevante que o Mapa do Caminho incorporasse uma agenda de construção de demanda doméstica para o hidrogênio verde, articulando o fomento à produção com a criação de mercados âncora em setores como siderurgia de baixo carbono, fertilizantes, refino e combustíveis sustentáveis, mobilidade pesada e logística, à semelhança de políticas públicas já consolidadas no Brasil, como etanol, biodiesel, energia eólica e solar.

No plano internacional, seria relevante que o **Mapa do Caminho** incorporasse um eixo de competitividade externa e acesso a mercados, contemplando a análise de barreiras comerciais e regulatórias que possam afetar as exportações brasileiras de hidrogênio verde e derivados, incluindo CBAM, padrões internacionais de certificação, tarifas de importação e outras exigências aplicáveis à amônia, ao metanol, ao aço verde, aos fertilizantes e aos combustíveis sustentáveis. Por fim, o governo tem destacado que a transição energética deve gerar **empregos, renda e inclusão**.

Nesse sentido, entende-se importante mapear necessidades de qualificação e criar trilhas de formação, desenvolver programas para mulheres na energia, entre outras ações.

### Quadro de propostas

1. Mecanismo de priorização do Hidrogênio Verde no PNH2, PHBC e no Regime Fiscal Favorecido para Combustíveis de Baixa Emissão.
2. Destinação extraordinária de royalties do petróleo para integralização aos recursos do PHBC, ou ao menos revisão dos incentivos fiscais concedidos às fontes fósseis, com eventual direcionamento desses recursos para políticas pró-renováveis.
3. Autorização para que o Coges-PNH2 possa indicar projetos para adesão às linhas de apoio não reembolsável da FINEP e do Fundo Clima.
4. Inclusão dos projetos produtores de Hidrogênio Verde e da infraestrutura de transmissão na estratégia de atuação do PAC.
5. Reforço do monitoramento do sistema elétrico do Nordeste para garantir a infraestrutura necessária na região.

**Em um cenário de incerteza global, o Brasil tem a oportunidade histórica de liderar a nova economia de baixo carbono. Esta contribuição busca ajudar a transformar essa oportunidade em agenda concreta de implementação.**

